

A TEMPERANÇA

Thiago Gehrman Castro¹

Introdução

A palavra virtude deriva do latim “virtus” que, por sua vez, é a tradução do grego “areté”. Desde o nascimento da filosofia quase todos os filósofos que falaram sobre moral, falaram também sobre virtudes.

De modo geral, podemos definir virtude como a excelência própria de uma coisa. Sponville parece ir por esse caminho ao nos dizer que a virtude de uma faca é cortar, de um remédio tratar e, no homem, “é querer e agir humanamente”².

No caso de objetos, plantas e animais nos parece ser fácil perceber quais são suas virtudes específicas. Ninguém duvidaria que uma faca existe para cortar e não para martelar, ninguém se oporia ao fato de que remédios têm como excelente fim tratar, curar. Entretanto, no primeiro momento, no caso do homem, não nos parece ser auto evidente que isto se dê da mesma maneira.

Sendo a virtude do homem querer e agir humanamente, antes de dizermos o que é agir humanamente, devemos ter claro o que vem a ser o homem, para que sabendo o que ele é possamos saber qual sua virtude específica e, conseqüentemente, seu excelente modo de agir .

De forma alguma teremos a pretensão de dizer, categórica ou exaustivamente, o que vem a ser o homem, entretanto podemos inferir algumas conclusões a partir dos efeitos do homem no mundo, quer em relação aos seus semelhantes, quer em relação ao próprio mundo.

Aristóteles definiu o homem como “animal político”, essa definição nos parece ser fundada a partir da percepção que o homem não é autossuficiente, é, em verdade, um ser que carece e por isso necessita de outros homens. Assim tendo a falta como ontologicamente constitutiva de seu ser, o homem é político, pois vai fora dele buscar aquilo que falta a seu ser.

Conseqüentemente o atributo da perfectibilidade não nos parece ser factível ao homem, nem por nascimento, nem por qualquer outro acréscimo que ocorra no transcurso de sua vida.

¹ Graduando em Filosofia da Faculdade de São Bento de São Paulo.

² COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. p. 2.

Sendo o homem um ser que carece, necessariamente buscará suprir essa falta fora dele, seja na relação com outros homens, seja nos bens sociais. Enfim, constatamos esse movimento do homem, de ir para fora de si visando suprir suas faltas, desde a mais básica das coisas como, por exemplo, o ar que respira até as mais complexas, como a busca da felicidade.

Mas em que medida deveria sair o homem de si mesmo em busca da satisfação de suas faltas? Deveria o homem saciar seus desejos, um após outro, o máximo possível? Ou, em contraposição, deveria abster-se, ao máximo possível, da saciedade de suas carências?

Ao examinarmos estas perguntas, vemos que os objetos de desejos humanos nos aparecem como sendo coisas intermediárias, já que, ao saciarmos ou não o desejo, esperamos não apenas o próprio objeto do desejo, mas um estado de “espírito” que está para além destes. Parece-nos que o que esperamos, na verdade, é a satisfação interior que, em máximo grau (no sentido da multiplicidade dos desejos satisfeitos), pode ser identificada à felicidade, ou como, no mínimo, parte integrante dela .

Indo um pouco mais a fundo, Aristóteles nos diz que “a felicidade não consiste em adquirir muitas coisas, mas sim na maneira pela qual a alma é disposta”³. Nessa passagem nos fica evidente que existe uma disposição de alma que pode ser favorável à satisfação interior, a felicidade, e que esta não está em algo exterior ao homem, mas no seu interior, na reta ordenação de suas disposições. É a partir dessa perspectiva que tentaremos responder essas perguntas.

Conforme nos foi proposto, falaremos sobre a virtude da temperança, e abordaremos essa problemática sobre esta perspectiva.

A Temperança

A temperança, etimologicamente, deriva do latim “*temperare*”, guardar o equilíbrio⁴ Esta virtude não se dirige de modo amplo a todos os aspectos da conduta humana, mas a um recorte específico dela. Grosso modo, podemos defini-la, numa posição tomista, como a moderação na satisfação dos desejos relativos à comida, bebida e ao sexo.

Sponville define-a como “a moderação nos desejos sensuais”, ressaltando que, “não se trata de desfrutar menos, mas desfrutar melhor”. Para ele a temperança “é

³ Aristóteles. De Generatione et corruptione. Tradução de Renata Maria Pereira Cordeiro. Laudy Livraria Editora: São Paulo, 2001. p. 149.

⁴ Hilton Japiassu Danilo Marcondes. *Dicionário básico de filosofia*. Zahar: São Paulo, 1993. p. 265.

também a garantia de um desfrutar mais puro ou mais pleno. É um gosto esclarecido, dominado, cultivado”⁵.

Contudo a virtude da temperança não subsiste por si só, é necessário, dentre outras coisas que veremos posteriormente, uma determinada sabedoria prática que a indique como sendo necessária ao bem viver, nas palavras de Aristóteles:

*“é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática o poder de deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sobre um aspecto particular como, por exemplo, as espécies de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que contribuem para a vida boa em geral”*⁶.

Notamos que a temperança é uma virtude que auxilia outra e esta, por sua vez, orienta toda a nossa “razão prática”. Para São Tomás de Aquino “a temperança enquanto realiza plenamente a essência da virtude, não existe sem a prudência”⁷. O fato da prudência ser condição sinequanon para todas as demais virtudes também é constatado para Sponville, quando o francês diz que a temperança “é a prudência aplicada aos prazeres”⁸.

Ora, de acordo com o que vimos até aqui, a temperança não é a ausência dos desejos de prazeres sensuais “bebida, comida e sexo”, mas a moderação frente à satisfação destes apetites. A dificuldade da virtude da temperança reside na inclinação natural que o homem possui para a conservação de si mesmo e da espécie.

Do ponto de vista da conservação de si, a temperança moderará a satisfação dos desejos relativos à comida e à bebida. Já do ponto de vista da conservação da espécie, a temperança agirá na moderação da satisfação dos desejos relativos ao sexo.

Parece-nos ser importante frisar que a moderação incide sobre a satisfação do desejo e não sobre o desejo em si, contudo é possível que a partir da prática reiterada de uma conduta moderada os desejos venham a ser refreados, estando cada vez mais sobre o controle da razão.

Neste ponto notamos como a temperança pode ser adquirida. Diferentemente de um saber teórico que se dá através de discursos, pensamentos, reflexões, leituras etc, a temperança, sendo uma virtude prática, só pode ser adquirida mediante a prática de atos moderados, ela não pode ser aprendida da mesma maneira que se dá o processo da aprendizagem teórico.

⁵ COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. p. 91.

⁶ Aristóteles. *Ética a Nicomaco*, Os Pensadores, Abril Cultural, São Paulo, 1973.

⁷ Suma Teológica, Segunda Parte da Segunda Parte Questão 141, Artigo I, Tomo VII, PAG 188, Edições Loyola, 2ª ed, São Paulo, 2013.

⁸ COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. p. 22.

Para que prossigamos é necessário esclarecer o seguinte: em Aristóteles (e podemos citar mais um sem número de filósofos que compartilham, grosso modo, da mesma visão) a vontade, que é una, pode ser vista sobre dois aspectos.

Em primeiro lugar temos a vontade apetitosa, aquela que, provocada por determinado objeto de desejo, sem deliberação, consente a ele, satisfazendo-o. Em segundo, temos uma vontade deliberativa, esta, ao ser posta em movimento pelo objeto de desejo, delibera, através da “razão prática” (prudência), sobre ele, satisfazendo-o ou não, a depender da deliberação.

Em muitos casos parecerá que o homem possui duas vontades, pois tenderá à satisfação do desejo imediatamente, entretanto, após deliberação, poderá perceber que esta satisfação pode não ser o mais conveniente.

Disto pode resultar a errônea aparência de uma dupla vontade, entretanto o que verdadeiramente há é uma certa divisão da vontade, se por um lado o homem quer satisfazer o desejo, pois está inclinado a isso, no sentido em que o objeto desejado já o mobilizou, por outro, após a deliberação, nota que atrelado à satisfação do desejo podem estar inúmeras consequências indesejadas.

Supondo que tal homem, após deliberação, não pratique o ato em questão e que, vendo-o de fora, não notemos seu conflito interno, nos parecendo ter tido ele um ato de moderação, entretanto não podemos chamá-lo temperante, pois o temperante está além desta cisão interior, sua vontade apetitosa é quase idêntica a sua vontade deliberativa, de modo que, no temperante, não notamos tal divisão.

A este homem, cuja vontade encontra-se dividida, chamamos continente. Este busca constantemente superar sua vontade apetitosa através da deliberação. À temperança é necessário a continência tanto mais quanto menos tenha o indivíduo, ao longo de sua vida, recorrido à sua vontade deliberativa.

Muitos talvez nos perguntem, mas para que viver este estado de tensão? Porque não seguir a vontade apetitosa, satisfazendo-a sempre que possível? Que mal há nisso, já que somos livres?

A isso respondemos com as palavras de Sponville, “o intemperante é um escravo, mais subjugado ainda, por transportar por toda parte seu amo consigo”⁹. E, ainda, em outra parte “prisioneiro de seus desejos, ou de seus hábitos, prisioneiro de suas forças ou de suas fraquezas”¹⁰.

Como vimos no início dessa resenha, é necessário uma reta ordenação dos diversos “componentes” constitutivos do homem, para que este possa realizar sua natureza de forma harmônica. No caso citado por Sponville vemos que essa reta ordenação foi deixada de lado, e aquilo que era responsável pelo domínio (racionalidade) acaba sendo dominado (vontade desordenada), resultando que não

⁹ Op. Cit. p. 21.

¹⁰ Ibidem.

mais podemos chamar a este homem livre, pois não mais arbitra sobre sua vontade, mas tornou-se mero executor de seus apetites.

Em resumo, o que está fora dele domina seu interior, o tiraniza. Já não é mais ele, este murrera, vive nele apenas seus desejos inflamados, de modo que onde quer que possa ir seu tirano irá em seu interior.

Notamos que até a temperança é um longo caminho, um longo percurso. Há de tornar-se, primeiramente, continente, para que, com o habito arraigado, já não seja necessário o combate interno.

Tomemos o exemplo de um glutão, imaginemos que, após anos de descontroles alimentares, este procure um médico e após uma bateria de exames constate que, caso o quadro se prolongue, ocorrerá uma morte lenta e dolorosa a ele.

Imaginemos que o glutão, chocado com a notícia, queira deixar seus hábitos, ele não se tornará temperante apenas por querer sê-lo. Mesmo decidido a mudar, sua inclinação é quase completa e imediata à saciação de seus prazeres. Toda vez que sua vontade apetitosa consentir ao desejo, deverá ele, mediante deliberação, entrar em conflito consigo mesmo. Uma vez vencida a batalha, será questão de horas, quem sabe de minutos, para que uma nova se inicie.

Até que tenha vencido a guerra (se for capaz), isto é, até que não se sinta mais compelido a saciar seus apetites cada vez que estes apareçam, como se diz na expressão popular, é uma vida.

Colocamos este limitado exemplo, apenas para que nosso leitor pudesse ter uma dimensão mais concreta das consequências que sofre aquele que, por hábito, se acostumou a seguir, sem deliberações, sua vontade apetitosa, e a dificuldade de, seja por qualquer razão, uma mudança de tal hábito.

Transpondo os imbróglis da vontade para o tempo presente, em que o excesso parece-nos ser o ditame das sociedades atuais (sociedades de consumo, como muitas vezes se fala), podemos ouvir Sponville dizer “a temperança é uma virtude para todos os tempos, tanto mais necessária, contudo, quanto mais favoráveis eles são”¹¹, e ainda nos diz sobre a urgência da temperança “sobretudo, para nossas sociedades de abundância, nas quais se morre e se sofre com maior frequência por intemperança do que por fome ou ascetismo”¹².

Diferentemente da virtude especial da coragem, que nos é mais necessária quanto mais difíceis forem os tempos (com guerras, perseguições etc), a temperança se mostra como uma virtude de regra, contínua, já que, conforme vimos, os combates em seu nome se dão dentro do homem, e não fora dele.

¹¹ Op. Cit. p. 23.

¹² Ibidem.

De certo modo a virtude da temperança se aproxima da virtude da humildade, no sentido em que o temperante, por ser moderado, é também modesto, consciente de suas próprias limitações, caso não o fosse, não seria temperante.

Conclusão

Vimos que a temperança é a moderação na satisfação dos desejos concernentes aos prazeres do tato, mais especificamente daqueles prazeres relativos aos movimentos de conservação do indivíduo (comida e bebida) e da espécie (sexo).

Ressaltamos que a virtude da temperança é auxiliar de outra, a prudência e pode ser aprendida, não de forma teórica, mas através da própria ação moderada. A prudência nos indica que consentir sempre à vontade apetitosa, pode nos trazer consequências desastrosas, levando-nos a mediarmos esta vontade (deliberação)

A partir da prática dos atos moderados notamos que a temperança é estágio final num caminho percorrido por outra “virtude”, a continência. Estabelecemos que o estado temperante está para o continente, assim como o estado de paz está para a guerra.

De tudo isto que dissemos, podemos concluir como Platão certa vez escreveu em alguma parte, a virtude nos honrará quanto mais a tivermos honrado.

